



Investigação sobre a música nas Escolas Públicas Municipais do COREDE do Vale do Paranhana/Encosta da Serra

Lúcia Jacinta da Silva Backes¹

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

Cristina Rolim Wolffenbüttel²

cristina-wolffenbuttel@uergs.edu.br

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

Resumo: O estudo apresenta os resultados da pesquisa sobre a música nas escolas públicas municipais da Região do COREDE Vale do Paranhana/Encosta da Serra. Com o apoio financeiro da FAPERGS, vincula-se ao Grupo de Pesquisa “Educação Musical: diferentes tempos e espaços”, da Uergs/Montenegro (CNPq). Partiu dos seguintes questionamentos: Quais são as ações musicais desenvolvidas nessas escolas? Quantas/quais oferecem atividades musicais? Quais profissionais desenvolvem essas atividades? Quais secretarias de educação promovem concursos públicos para professores com habilitação em música? Há concursados? Com o objetivo de investigar a inserção da música nessas escolas, utilizou-se o *survey* interseccional como método, os questionários autoadministrados como técnica de coleta de dados e a análise de conteúdo como técnica de análise. Constatou-se que apenas cinco docentes cursam licenciatura em Música. Levando em conta o interesse dos alunos e o projeto pedagógico da escola desenvolvem atividades como: audição de música, expressão corporal, atividade com dança e prática do canto. No repertório, canções infantis e folclóricas são as mais utilizadas. A formação musical não acadêmica desses docentes foi obtida em diferentes espaços: Graduação em Pedagogia, Oficina de Musicalização, Seminário e cursos de Educação continuada, Aulas particulares e Conservatórios. Verificou-se, ainda, que há interesse, por parte dos Secretários de Educação, pela inserção da música nas escolas, por meio de concurso para docentes na área. Entende-se que os dados desta pesquisa contribuirão para a elaboração de políticas para a efetiva inserção da música nas escolas.

Palavras-chave: Educação musical; grupo de pesquisa “Educação Musical: diferentes tempos e espaços”; COREDE do Vale do Paranhana/Encosta da Serra.

Introdução

¹ Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1991), especialização em Administração de Marketing pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1996) e mestrado em Ciências da comunicação pela Universidade do Vale dos Rio dos Sinos (2003). É estudante do Curso de Graduação em Música: Licenciatura na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, possuindo Bolsa de Iniciação Científica da FAPERGS. Atualmente é Proprietária da Comunicare - Escola de Música. Atuando principalmente nos seguintes temas: Mensagem Publicitária, Racionalidades de consumo, Segmentação Social.

² Doutora e Mestre em Educação Musical pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Especialista em Informática na Educação Ênfase em Instrumentação, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Licenciada em Música pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordena o curso de Especialização em Educação Musical na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Unidade de Montenegro.



Embora a discussão sobre a presença da música na Educação Básica já apresente uma sólida trajetória, ainda se mostra distante a visualização do ensino de música nas escolas em geral. Mesmo com a implantação de leis que apontem para a ocorrência desse ensino, percebe-se que a leitura dessas leis feita pelas escolas efetiva-se por aquilo que é possível, em se tratando de tempos e espaços para a ação musical, bem como de professores e/ou profissionais para atuarem com tal atividade.

É o que acontece, também, com a implantação da Lei 9.394, de 1996, a qual permite diversas possibilidades de interpretação, levando, por exemplo, estudiosos a desenvolverem investigações a respeito das artes visando à separação dos campos. A este respeito, Penna (2004a) argumenta que o texto da Lei não se fez explícito: o “ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (LDB 9.394/96, Art. 26, § 2º).

No campo da música muitos estudos têm sido pautados em relação às políticas públicas para o ensino de música nas escolas (PENNA, 2004a, 2004b) e, especificamente, quanto ao ensino de música na escola (FUKS, 1991; SOUZA *et al.*, 2002; DINIZ, 2005; SANTOS; DEL BEN, 2005).

Embora o esforço para que a música esteja na Educação Básica como componente curricular, as dificuldades de sua inserção ainda são grandes e o processo ocorre de forma lenta. Dentre os empecilhos encontram-se o número reduzido de docentes com formação específica em música atuando na Educação Básica e a não realização de concursos para professores de música em muitos municípios.

O Grupo de Pesquisa “*Educação Musical: diferentes tempos e espaços*”, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (CNPq/Uergs), desde o ano de 2011, vem realizando um estudo para mapear a situação do ensino de música neste estado, com o objetivo de investigar como as secretarias de educação estão abordando a obrigatoriedade da música no contexto escolar; como está a realização de concursos para essa área; quem atua com música e quais atividades são desenvolvidas, entre outras questões.



Nessa perspectiva, a UERGS, já realizou, em 2011 e 2012, uma pesquisa que traz um panorama da presença da música nas escolas públicas estaduais e, desde 2013, está realizando um mapeamento na rede pública municipal. A investigação é feita a partir da organização dos 497 municípios que compõem o estado nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs). Dentre as pesquisas empreendidas encontra-se a presente investigação com o foco no COREDE Vale do Paranhana/Encosta da Serra, trazendo informações sobre a música nas escolas públicas municipais das cidades de Igrejinha, Lindolfo Collor, Morro Reuter, Parobé, Presidente Lucena, Riozinho, Rolante, Santa Maria do Herval, Taquara e Três Coroas.

O mapeamento tem por objetivo investigar a inserção da música nas escolas públicas municipais dos municípios que compõem esse COREDE e teve por base os seguintes questionamentos: quais secretarias de educação têm realizado ações/atividades/movimentos de inserção da música nas escolas de sua rede de ensino? Quantas e quais escolas possuem atividades musicais ofertadas em seus tempos e espaços? Quais são as ações de inserção da música? Quantas secretarias promovem concursos públicos para professores com habilitação em música? Quantos professores de música as secretarias têm em seus quadros de concursados e quem são os profissionais que desenvolvem atividades musicais?

Estas questões nortearam o estudo que foi realizado por meio de um desenho metodológico com sustentação teórica em Babbie, (1999); Cohen e Manion (1994) e Laville e Dionne (1999).

Metodologia

A metodologia foi construída a partir de um *survey* interseccional de grande porte, cujo método se caracteriza por reunir um ponto particular no tempo e descreve a natureza das condições existentes, ou identifica padrões com os quais essas condições possam ser comparadas, além de determinar a relação entre eventos específicos (COHEN; MANION, 1994).

Já os dados para análise, foram possíveis através da aplicação de dois questionários autoadministrados. Um destinado aos docentes/profissionais que atuam



com música nas escolas e, outro, às secretarias municipais de educação. Uma primeira ação foi contatar, por telefone, as secretarias municipais de educação para apresentar, aos responsáveis pela pasta da educação, a pesquisa a qual estavam sendo solicitados a participarem em nome do município. Alguns contatos realizados diretamente com os secretários, favoreceram a oportunidade de conversar a respeito da Lei 11.769/2008, que trata da obrigatoriedade da música na escola.

Resultados e análise dos dados

Dos dez municípios constituintes do COREDE, cinco responderam ao questionário, porém com variações em termos de número de respondentes. Quanto aos secretários de educação, dois responderam ao questionário e um terceiro forneceu informações gerais a respeito da música nas escolas. No total, cinquenta profissionais responderam ao questionário.

De modo geral, a coleta de dados permitiu a organização dos mesmos em categorias como: formação pedagógica, formação musical, atividades desenvolvidas, repertório, recursos, planejamento e visão dos gestores.

Formação pedagógica

A maioria dos docentes (56%) tem formação concluída ou em andamento em Pedagogia. Outros docentes têm curso superior concluído e/ou em andamento em Fotografia, Letras, Educação Física, Matemática, Artes Visuais, Educação Artística e Licenciatura em Música. Sete docentes possuem apenas o Ensino Médio.

Com relação à formação em música, 10% dos docentes têm formação específica, entendida como frequência de: curso técnico, aulas de canto, aprendizagem de instrumento, regência de banda, arranjo e improvisação.

Formação musical

A investigação apontou diferentes espaços onde os docentes tiveram aprendizagem musical e/ou contato com a música. É o que apresenta a tabela abaixo:

Tabela 1: Formação Musical dos Docentes do COREDE do Vale do Paranhana/Encosta da Serra



Tipo de Formação Musical	% de Respondentes
Graduação em Pedagogia, Oficina de Musicalização e Cursos de Extensão.	16%
Ensino Fundamental, Médio e Aulas particulares.	6%
Seminários e Curso de Educ. Continuada em música.	5%
Escola de Música	2%
Conservatório, Autodidata.	2%

Atividades desenvolvidas

Considerando que o nível de maior atuação com música dos respondentes trabalham na Educação Infantil (72% foi perceptível que a música está na sala de aula como disciplina específica do currículo escolar. Isso foi apontado por 20% das professoras respondentes. A música se efetiva no dia-a-dia das crianças com mais visibilidade e força através de eventos e ações como: organização de apresentações musicais, hora cívica, organização de festas, rodas cantadas, brincadeiras de roda, estudo de ritmos, conhecimento de diferentes músicas, dramatização, clipes, ginástica com música, histórias sonorizadas, audição e reprodução de sons do corpo e ambiente, brincadeiras e histórias cantadas.

No Ensino Fundamental a música se faz presente tanto em aulas como em ensaios de grupos de música popular, grupos de rock, pagode, funk e rap e aulas de instrumentos musicais, ações inseridas nas atividades extracurriculares. As atividades são executadas, em geral, em sala de aula, com destaque para: audição de música, expressão corporal, dança, canto e execução de instrumentos musicais.

Repertório

O repertório musical de canções infantis foi o mais citado, com 88%³, seguido das canções folclóricas, com 62%. A música popular aparece com 58%, a instrumental com 48% e a erudita, 18%. Músicas da cultura alemã, italiana, gaúcha, gospel, sacra e músicas de temas de filmes também foram trazidas pelos docentes como gêneros musicais que fazem parte do repertório.

³ Como a questão respondida era de múltipla escolha a soma das porcentagens ultrapassa os 100%.



Recursos

Dentre os recursos apontados, o aparelho de som é o mais utilizado (92%), seguido do aparelho de DVD (72%). Os CDs (64%) e os DVDs (60%). O computador foi apontado em 58% dos questionários e os livros de música (36%). Instrumentos musicais como violão (26%), instrumentos de percussão (24%), teclado/piano (10%) e flauta doce (8%) correspondem aos instrumentos como recurso.

Planejamento

O primeiro dos aspectos apontados quanto ao planejamento se refere ao interesse dos alunos (78%). Segue o projeto político pedagógico (72%) e a orientação da coordenação pedagógica (62%). Com menor ênfase, tem-se: os Parâmetros Curriculares Nacionais (34%), os referenciais curriculares propostos pela Secretaria Municipal (32%) e a orientação da direção da escola (30%). O planejamento com a equipe de professores também foi referido (24%) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (18%).

Visão dos gestores

Dos dez municípios que constituem o COREDE em estudo, os gestores de Lindolfo Collor e Morro Reuter responderam ao questionário. Os dois municípios disponibilizam aulas de música desde a Educação Infantil até o nono ano e contam com dois professores contratados, assim como oportunizam a participação dos estudantes em atividades musicais. Ambos oferecem atividades musicais de banda marcial e não dispõem de concurso para professores de música.

Morro Reuter, segundo o Secretário, atualmente contrata “por licitação empresas [...] para um projeto extraclasse (aulas de música, violão e flauta)” está em preparação para a realização de concurso. As aulas acontecem duas vezes por mês e se caracterizam por atividades de preparação de festividades e atividades como coral, bandas e aulas de instrumentos musicais.



Lindolfo Collor, de acordo com a Secretária, do berçário até o 5º ano, tem uma hora semanal de música por turma. Do 6º ano a 8ª série⁴, o estudo de música está incluído na disciplina de artes.

Um terceiro município, Três Coroas, apresentou, via e-mail, informações sobre como ocorrem atividades musicais nas escolas do município. Essas são desenvolvidas esporadicamente por algumas professoras e professores, os quais não possuem formação específica na área. Na Educação Infantil, as turmas têm uma instrutora musical que realiza atividade de canto coral. Quanto a concurso, de acordo com o relato do Secretário, o município está em fase de preparação.

Considerações finais

De acordo com o que se destacou sobre a presença da música na Educação Básica, relacionada às respostas trazidas pelos docentes, a música entra nas atividades pedagógicas de diferentes formas. Embora não se tenha encontrado docentes com licenciatura em música, esta arte ainda assim está no dia-a-dia de crianças e adolescentes. Isso se deve à grande participação de docentes em cursos relacionados à música enquanto formação continuada. Um fato importante que se revelou, nessa pesquisa, são cinco docentes que estão cursando a licenciatura em música. Outro é a obtenção de formação musical, ainda que não acadêmica, em disciplina do curso de pedagogia, curso de musicalização e de extensão, principalmente por professoras da Educação Infantil. Isso revela a importância da música para o desenvolvimento cognitivo, social e cultural das crianças, desde a primeira infância.

Dentro desse panorama é que se faz referência às atividades musicais que emergiram na investigação, trazendo à luz algumas delas. A audição de música, por exemplo, um dos itens mais apontados, mostra uma relação com o recurso disponibilizado, aparelho de CD, que aparece com maior número. Justifica-se isso por haver vários momentos de escuta de música na sala de aula como se pôde perceber

⁴ O termo 8ª série utilizado é devido a escola ainda estar em fase de transição frente à nova nomenclatura: anos iniciais e anos finais.



em registros da pesquisa por parte, principalmente, de professoras da educação infantil e que, para elas, também representam atividades com música. Entre os momentos de escuta musical, encontram-se ginástica com música, música para as crianças dormirem, música para guardar brinquedos, música com gestos relacionados aos membros do corpo e música para lanchar, entre outras. Muitas dessas músicas são escutadas por aparelhos de som, CD e acompanhadas por DVD; momentos em que as crianças, juntamente com as professoras, realizam expressão corporal, prática de canto e a dança. Ainda quanto às atividades de maior relevância trazidas à tona estão execução e construção de instrumentos musicais, improvisação, uso de canções folclóricas e jogos musicais. A partir desses elementos se pode, inclusive, fazer um paralelo no sentido de associar tipos de atividades musicais que resultam em desdobramentos, ou seja, em outras atividades musicais criadas pelas professoras. Entre elas foram registradas histórias sonorizadas, audição e reprodução de sons do corpo e do ambiente, brincadeiras e histórias cantadas, parlendas e atividades com som e silêncio.

Entende-se que os dados desta pesquisa possam contribuir para a elaboração de políticas para a efetiva inserção da música nas escolas.

Referências

- BABBIE, E. *Métodos de pesquisas de survey*. Belo Horizonte: Ed.da UFMG, 1999.
- BARDIN, Laurence. *L'analyse de contenu*. Press Universitaire de France: Edições 70, 1977.
- COHEN, L., MANION, L. *Research methods in education*. 4. ed. London: Routledge, 1994.
- COREDE-RS. Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul. *Pró-RS IV: propostas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul (2011-2014)*. S.l.: Passograf, 2010. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=ZLSG7-e8ceE%3D&tabid=5363&mid=7972>>. Acesso em: 20 ago. 2014.



BRASIL. *Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

PENNA, Maura. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: - I analisando a legislação e os termos normativos. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v.10, mar. 2004a, p.19-28.

_____. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: - II da legislação à prática escolar. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v.11, set. 2004b, p.7-16.

SOUZA, Jusamara et al. A música na escola. *O que faz a música na escola? Concepções e vivências de professores do ensino fundamental*. Porto Alegre, 2002. (Série Estudos).

WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. *A inserção da música no projeto político pedagógico: o caso da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre/RS*. Porto Alegre: Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. (Tese de Doutorado em Música).